



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 121ª reunião, realizada em 26 de setembro de 2018

1 Em 26 de setembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa
2 e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no
3 auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
5 membros titulares e suplentes: o presidente Anderson Silva de Aguiar,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira
7 da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8 (Seapa); Enio Marcus Brandão Fonseca, da Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
10 (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo
11 (Segov); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de
12 Transportes e Obras Públicas (Setop); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia
13 Militar de Minas Gerais (PMMG); Marta Alves Larcher, do Ministério Público
14 do Estado de Minas Gerais (MPMG); Flávio Túlio de Matos Cerqueira
15 Gomes, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
16 Renováveis (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de
17 Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos
18 Oliveira, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg);
19 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de
20 Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de
21 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado
22 Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Paulo José de Oliveira, da Associação Pro
23 Pouso Alegre (APPA); Homero Brasil Filho, da Organização Ponto Terra;
24 Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de
25 Rio Paranaíba; Cláudio Jorge Cançado, do Conselho Regional de
26 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Virgínia Campos de
27 Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.**
28 **1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
29 **ABERTURA.** O presidente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 121ª
30 reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS**
31 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Anderson Silva de
32 Aguiar: “Nós gostaríamos aqui, conforme foi devidamente encaminhado pelo
33 conselheiro Carlos Alberto, na última reunião, de fazer alguns
34 esclarecimentos aos questionamentos colocados relativos ao CAR e também
35 relativos ao plano de manejo. Eu vou passar ao diretor geral do IEF, Henri
36 Collet, que depois vai passar à sua equipe para fazer a resposta.” Henri
37 Dubois Collet/IEF: “É com muita satisfação que estamos aqui hoje para fazer

38 a apresentação e os devidos esclarecimentos. Nós estamos sempre à
39 disposição para fazer esclarecimento a qualquer dúvida que possa aparecer.
40 Então, eu quero convidar a Cecília, da equipe, e nós estamos aqui também
41 com o nosso diretor Brício de Vasconcellos, diretor de Unidade de
42 Conservação, e a Mariana Megale, que depois vai fazer o seu
43 esclarecimento.” Cecília Fernandes Vilhena/IEF: “Primeiramente, eu
44 agradeço a oportunidade de estar aqui falando um pouquinho das unidades
45 de conservação, desse processo de mudança dos planos de manejo. Eu
46 trouxe uma apresentação, e nós fizemos uma apresentação semelhante na
47 CPB, para mostrar realmente os gargalos que enfrentamos com plano de
48 manejo e o que temos feito para saná-los e melhorar esse procedimento.
49 Inicialmente, só contextualizando, hoje no Estado de Minas, são 30 unidades
50 de conservação com planos de manejo concluídos, sendo que 15 estavam
51 em andamento no início e 47 ainda estavam pendentes. Desses 15 em
52 andamento, nós já aprovamos em torno de cinco a seis planos neste ano, e
53 tem mais cinco a seis planos previstos para serem aprovados até o final do
54 ano. Mas o passivo ainda é muito grande. Historicamente, vemos um avanço
55 muito grande de 2018 em relação aos anos anteriores. Nós tínhamos uma
56 média de dois planos aprovados por ano, e neste ano temos uma expectativa
57 de 11 planos de manejo serem aprovados. Nós estamos correndo atrás
58 desse passivo em um esforço muito grande para reduzir as unidades que
59 não possuem esses estudos. Temos um dado do ICMBio que demonstra que
60 essa não é só uma realidade de Minas, a dificuldade com os planos de
61 manejo é semelhante no governo federal. E felizmente o número de
62 unidades de conservação também cresce ao longo dos anos. Então, o nosso
63 passivo, por mais que corramos atrás, é difícil zerar. As dificuldades
64 relacionadas aos planos de manejo também têm sido bastante estudadas.
65 Como é uma dificuldade comum a diversos órgãos gestores de unidades de
66 conservação, tem sido bastante estudada. Então, mostramos algumas das
67 referências bibliográficas que temos utilizado para tentar entender onde está
68 o problema dos planos de manejo e como podemos tentar melhorar. Alguns
69 dos principais desafios, que eu acredito que foram os questionamentos desta
70 Câmara, estão relacionados ao longo tempo para elaboração de um plano de
71 manejo. Hoje, de fato, levamos em torno de três anos e meio para concluir
72 um estudo. E um custo elevado, de aproximadamente R\$ 500 mil. Isso varia
73 muito, já recebemos orçamento de R\$ 1,2 milhão. Isso varia muito da
74 extensão da área, do número de municípios, da região. Quanto mais
75 afastado, mais cara a logística e quanto maior a unidade também. Isso tem
76 influenciando bastante no custo. Mas, em uma média, podemos dizer R\$ 500
77 mil. Isso está refletido no nosso modo de fazer planos de manejo. Nós
78 sempre seguimos um roteiro metodológico do Ibama. É um roteiro bem
79 antigo. Nós já entendemos que já é um documento de referência, mas que
80 está ultrapassado nessa nova linha de pensamento. Ele contempla

81 diagnósticos muito detalhados, que têm pouca conexão com o planejamento
82 da unidade, programas de gestão pouco estratégicos, que entram no detalhe
83 e que ficam de certa forma engessadas no dia a dia do gestor, porque a
84 realidade da unidade de conservação é dinâmica. Se temos esse passivo
85 todo para elaboração de planos de manejo, quanto mais para revisão. É um
86 documento extremamente extenso, detalhado. São documentos construídos
87 de forma participativa, mas nem sempre essa participação é qualificada com
88 as pessoas certas que estão lá na ponta contribuindo com esses estudos, e
89 tem uma dependência de consultorias externas, o que é refletido nesse alto
90 custo. Hoje são em média 30 profissionais envolvidos para elaboração de um
91 plano de manejo, sendo que no mercado existem poucas pessoas e
92 empresas que têm expertise em gestão de unidade de conservação. Quem
93 faz gestão de unidade de conservação em geral é o órgão público. As
94 consultorias têm expertise em licenciamento ambiental, em levantamentos
95 biológicos, socioeconômicos, meios físicos, mas não conseguem traduzir
96 isso ou fazer esse link com tanta experiência, não têm essa experiência para
97 unir esse diagnóstico ao planejamento diário que uma unidade de
98 conservação precisa. Além de fatores externos que também causam essa
99 morosidade. Eu já falei algumas questões dentro do contexto dinâmico das
100 unidades de conservação. Muitas vezes, também o plano de manejo trata a
101 unidade de conservação em sua condição ideal, e nós sabemos que às
102 vezes para uma unidade de conservação ter sua situação fundiária
103 regularizada, ter uma equipe que seria ideal, uma infraestrutura, vai demorar
104 uma década talvez para chegar a esse ponto. Então, às vezes, tem um
105 planejamento que considera uma unidade de conservação no número de
106 funcionários, infraestrutura, uma realidade que é utópica para o dia a dia do
107 gerente lá. De repente, tem uma proposta de educação ambiental, de uso
108 público, mas o problema é que ele tem que estar lidando ali no dia a dia com
109 o fogo, a pressão, o cadastramento dos moradores para uma regularização
110 fundiária. Então, acaba sendo um documento pouco efetivo para quem está
111 na ponta, apesar de todo esse tempo despendido e desse custo do Estado.
112 Nós temos refletido bastante, principalmente, não só no tempo e no dinheiro,
113 mas na baixa efetividade e implementação de um plano de manejo em
114 função dessa distância do ideal, que seria um planejamento ideal de unidade
115 de conservação, com a nossa realidade. A equipe do IEF do Alto
116 Jequitinhonha está nos ajudando nesse trabalho de repensar os planos de
117 manejo, e eles fizeram um trabalho de análise em diversos planos de manejo
118 de unidades de conservação no mundo, no governo federal e em Minas
119 Gerais. Tem plano de manejo que chega a beirar mil páginas, sendo que a
120 maior parte delas é a parte descritiva e analítica da unidade e muito pouco
121 da parte propositiva. Temos o plano de Ouro Branco e o plano da Serra do
122 Cabral. No Brasil, Parque Nacional da Serra do Cipó, Parque Nacional do
123 Caparaó. Em geral, no Brasil, a parte descritiva, os planos são muito

124 extensos, e as partes descritivas são muito superiores à parte propositiva.
125 Sempre-Vivas foi um plano de manejo feito internamente pela equipe, já com
126 uma transição para a nova abordagem, mas a parte propositiva ainda é muito
127 pequena perto do tamanho da descrição. Na Colômbia, Canadá, Uruguai,
128 Peru, Canadá, Estados Unidos e Austrália, nós vemos uma diferença
129 gigantesca do que é um plano de manejo que está sendo feito lá fora, do que
130 é um plano de manejo na nossa interpretação. Na verdade, chegamos a
131 confundir plano de manejo com aquela necessidade de diagnóstico e de
132 levantamento de dados primários das unidades de conservação, quando na
133 verdade o que nós precisamos é de um bom planejamento e de diretrizes de
134 gestão para os gestores que estão lá na ponta. Então, a nossa reflexão é
135 que plano de manejo não deve ser feito apenas para cumprimento de lei, não
136 deve ser a única oportunidade para se estudar a unidade de conservação e
137 conhecer a biodiversidade que está ali dentro. Até porque não é um único
138 levantamento, feito uma única vez que vai dar informações necessárias para
139 o manejo. Nós temos que identificar quais são os estudos prioritários, quais
140 são os alvos de conservação daquela unidade, se é que há alguma espécie,
141 e aí, sim, tratar com projetos, com programas, junto à academia, de
142 monitoramento dessas espécies, e não ter todo esse desgaste no
143 levantamento inicial de diagnóstico. O plano tem que definir tudo que vai ser
144 feito em uma unidade de conservação, pensar lá para frente, sendo que às
145 vezes daqui a 20 anos a minha realidade é outra e eu ainda não consegui
146 chegar lá? Então, é pensar no plano de manejo palpável para hoje e como
147 devemos utilizar. Então, uma citação de não utilizar o plano de manejo como
148 espaço de compilação de toda informação sobre a unidade, sob pena de
149 descaracterizá-la. E nós começamos a entender que, na verdade, quanto
150 mais simples for a elaboração de um plano de manejo, mais fácil ele vai ser
151 compreendido pela própria equipe. Porque muitas vezes o gestor não tem
152 conhecimento de todo aquele levantamento que foi feito ali e não consegue
153 nem trabalhar com aquela informação no seu dia a dia. Então, a equipe do
154 parque vai ter mais condições de interpretar o documento, de utilizar, de
155 implementá-lo, de fato, e, para isso, nós precisamos entender a importância
156 de usar, inicialmente, para um planejamento a melhor informação que nós
157 temos disponível. Ao invés de fazer todo esse levantamento, qual informação
158 nós temos disponível? Nós precisamos de muitos diagnósticos para planejar
159 o nosso dia a dia? Ou podemos planejar? À medida que formos
160 conquistando novas informações, dentro de um projeto focado no
161 levantamento de novas informações, muitas vezes obtidas pelo próprio dia a
162 dia de campo dos funcionários ou das pesquisas cotidianas que são feitas
163 em parcerias com as universidades, nós vamos, com essa informação,
164 ampliando o nosso manejo e a nossa ação, revisando e alterando esse
165 documento, porque seria um documento simples, prático e muito mais fácil
166 de ser revisto e alterado. É um processo dinâmico. Não é um processo que

167 se faz uma vez, pronto, cumpriu a lei, e está resolvido. É um processo de
168 planejamento contínuo. Para desenhar ou entender o que seria essa nova
169 abordagem e como fazer diferente, estamos contando com o apoio do
170 ICMBio, que iniciou em 2015 uma parceria com a fundação de parques
171 florestais americanos. Tem consultoria internacional, e eles fizeram vários
172 treinamentos, vários workshops e estão em um nível avançado. É claro que
173 eles adaptaram, a nossa realidade é diferente dos Estados Unidos. Então,
174 eles adaptaram a metodologia para o Brasil, para as unidades federais, e
175 neste ano saiu a instrução normativa sobre isso, inspirada nesse 'foundation
176 document', que eles chamam lá de plano de manejo do Parque Nacional de
177 Yellowstone. E do ponto de vista do Estado, no ano passado, em setembro e
178 novembro, nós fizemos dois workshops com a equipe do IEF. O primeiro,
179 com a participação do ICMBio, e no segundo convidamos outras pessoas,
180 todos os coordenadores de unidades regionais e alguns gerentes, para
181 contribuir nesse processo, para saber se estávamos caminhando no rumo
182 certo. Nesses dois workshops, houve um consenso geral sobre a
183 necessidade de se transcender esse modelo atual. Foi feita uma discussão
184 detalhada dos desafios da instituição, e nós tentamos definir quais seriam as
185 prioridades e as possibilidades que o IEF tem de seguir esse avanço. Nós
186 temos hoje um estudo técnico que entendemos que está em evolução, que
187 trata desse tema dentro da instituição, como vamos lidar com relação ao
188 planejamento das unidades de conservação. Ele está em evolução porque
189 entendemos que estamos passando por uma fase de transição do modelo.
190 Tem planos que já estão em andamento e já tentamos incorporar um
191 pouquinho dessa nova visão, e tem planos que ainda vão ser iniciados e que
192 100% já estão iniciando nessa nova visão. E temos planos que estão sendo
193 concluídos que chamamos de planos de manejo híbridos, pois estamos
194 realmente nessa fase de transição e temos ainda muito o que aprender. Eu
195 não vou entrar no mérito das fases e de como, de fato, o plano de manejo vai
196 ser elaborado, mas, basicamente, tem um trabalho muito maior da equipe do
197 IEF. Nós pretendemos internalizar grande parte desse trabalho, de
198 levantamento dos dados secundários, elaboração de um guia do participante
199 e condução dessas oficinas, a moderação das oficinas, a relatoria das
200 oficinas com as comunidades para construir esse planejamento de forma
201 conjunta. Então, estamos em uma fase buscando oportunidade de
202 qualificação para nossa equipe e tentando encaixar em isso no nosso dia a
203 dia de trabalho, porque isso, de fato, vai demandar muito mais dedicação da
204 equipe, uma vez que estamos incorporando esses estudos para nós.
205 Entendemos que nós, os gestores das unidades de conservação, somos as
206 pessoas mais experientes para elaborar esses estudos. Então, muito daquilo
207 que terceirizávamos nós vamos fazer com a nossa própria equipe, em grupo.
208 A ideia é que seja um documento sucinto, objetivo e que traga as diretrizes
209 estratégicas. Obviamente, ele não vai responder todas as questões da

210 unidade de conservação, não vai trazer todas as respostas, e o que
211 pretendemos é priorizar dentro do plano de manejo os planos específicos
212 para atender a demanda de cada unidade de conservação no momento.
213 Então, podemos contratar consultorias para fazer planos específicos, que é o
214 que hoje vem tudo dentro de um plano de manejo, da parte de planejamento.
215 Tem o programa de uso público, programa de prevenção e combate a
216 incêndio, programa de educação ambiental, programa de pesquisa. Traz
217 tudo no início, mas às vezes a unidade não está no momento de se preparar
218 para o uso público. Então, quando vai se preparar para o uso público, aquele
219 plano já não serve em nada mais, e nós praticamente fazemos tudo diferente
220 do que estava no papel. Para evitar esse desperdício, nós vamos contratar
221 os planos específicos ou construir também com pessoas da casa que têm
222 expertise nos determinados assuntos no momento em que a unidade tiver
223 aquela demanda, conforme a prioridade que for definida na oficina do plano
224 de manejo. Nós vamos ter um portfólio de planejamento com os planos
225 específicos. Na verdade, estamos tentando tratar o planejamento em três
226 níveis. No nível estratégico está o plano de manejo. No nível tático nós
227 temos que avançar ainda na elaboração de manuais de procedimentos da
228 instituição. Não precisamos que uma consultoria externa venha nos dizer
229 qual é o plano de prevenção e combate a incêndio de uma unidade de
230 conservação, sendo que temos uma gerência de prevenção e combate a
231 incêndio que já entende, que já conhece. Então, a nossa ideia é
232 proceduralizar isso melhor e que esse plano já sirva de diretrizes para
233 todas. Quem tem e quem não tem plano de manejo elaborado vão ter os
234 manuais de procedimentos e de boas práticas que vão servir de diretrizes
235 para todas as unidades de conservação. E à medida que eles forem
236 precisando de seus planejamentos específicos nós vamos viabilizando. Além
237 disso, ampliando também o nosso controle sobre o planejamento
238 operacional, que é POA, o plano operativo anual da unidade de conservação.
239 E ampliando essa cultura de planejamento dentro das unidades de
240 conservação do IEF. As características principais desse projeto são: baixo
241 custo, não tem produção de dados primários ou extensos documentos;
242 estudos que existem podem ser associados ao plano de manejo e entrarão
243 como anexos do plano de manejo; a expectativa é de beneficiar um número
244 maior de unidades de conservação, focar em diretrizes estratégicas,
245 documentos mais simples, linguagem mais acessível utilizando a melhor
246 informação que temos disponível. Nós sabemos que tem muita informação
247 disponível sobre o meio ambiente. A coleta de informações – os dados
248 primários – pode continuar existindo, desde que seja focada para embasar
249 alguma ação específica de manejo. Não tem necessidade de contratarmos
250 estudo de entomofauna para uma unidade de conservação se não vamos
251 fazer nenhuma análise, nenhum monitoramento, senão é um alvo de
252 conservação daquele ambiente. Vai gerar uma lista que no dia a dia da

253 unidade de conservação não faz diferença. Faz diferença na academia, faz
254 diferença para quem, de fato, está trabalhando com esse grupo específico.
255 Então, se tiver algum grupo específico que é fundamental para a unidade de
256 conservação, os dados primários podem existir, mas que sejam programa de
257 monitoramento, algo contínuo. E pretendemos também com isso tratar essa
258 característica de ser mais envolvente, melhorando a comunicação com a
259 sociedade. E tem a característica também de uma necessidade de imersão
260 do trabalho do IEF, incorporar a função de moderação, de relatoria e de
261 melhorar os cadastros e os registros lá na ponta do que a unidade de
262 conservação está observando da biodiversidade, os diários de campo. Então,
263 tem todo um desafio por trás desse novo método, que é praticamente o que
264 eu já falei. Além da qualificação institucional que estamos buscando, alguns
265 cursos de capacitação e técnicas de facilitação para a equipe. Outro desafio
266 que eu também já comentei, necessidade de engajamento das equipes. Nós
267 temos um desafio que estamos deixando um pouco mais para frente, que é
268 de regulamentação desse novo método pelo IEF, definir que tipo de
269 regulamentação vai oficializar isso. Não queremos pensar nisso agora
270 porque queremos aprender e testar antes de colocar no papel como que tem
271 que ser feito, porque acreditamos que estamos no processo de evolução.
272 Temos o desafio de produção dos manuais temáticos, de definir os
273 procedimentos específicos. Temos um grande desafio, que é ter um sistema
274 com banco de dados das unidades de conservação. Infelizmente, hoje ainda
275 não temos um sistema. Esse sistema vai fortalecer muito a nossa gestão e a
276 nossa capacidade de revisão do nosso planejamento no dia a dia. E temos
277 um grande desafio também na mudança de cultura em relação à expectativa
278 que se tem de um plano de manejo, não só internamente na instituição. Eu
279 acredito eu que, internamente, para quem lida com unidade de conservação,
280 isso já é um consenso. Mas muitas pessoas que não estão no dia a dia. Eu
281 falo isso pelos nossos técnicos jurídicos, que interpretam às vezes. 'Por que
282 o plano de manejo fala disso?' Às vezes é uma coisa tão operacional, e o
283 plano de manejo não fala nada. 'Então, não pode'. Mas não é assim, o plano
284 de manejo nunca vai conseguir abarcar todas as demandas. Então, não é
285 porque o plano de manejo não menciona especificamente tudo que não é
286 viável, que não é legal determinada ação ou atividade acontecer ali dentro.
287 Eu não estou falando de coisa de grande impacto que não tem nada a ver
288 com o objetivo da unidade, eu estou falando de uma coisa que tenha a ver
289 com o objetivo da unidade, obviamente. Temos aqui o próprio Ministério
290 Público representado também, outros colegas do Sisema, da AGE, então,
291 essa mudança de cultura geral de entender que o plano de manejo é um
292 documento de diretrizes e não traz todas as respostas e não é a única fonte
293 de informação e de dados das unidades de conservação. Para implementar
294 isso, eu falei que estamos nesse processo de transição, então, temos uma
295 prioridade de várias unidades que estão sob processo judicial, com decisões

296 judiciais em que temos que implementar os planos de manejo. Então, nem
297 sempre. Dependendo da urgência, talvez não vamos conseguir todos daqui
298 em diante entrarem 100% nesse novo método, porque ainda estamos
299 aprendendo. O modelo antigo ainda é mais fácil para a equipe do que o
300 modelo novo, que ainda é um grande desafio. Então, são níveis diferentes
301 para cada uma dessas unidades de conservação, que vão ser tratadas de
302 uma determinada forma, mas queremos implementar cada vez mais o novo
303 método, a nova abordagem nas unidades que ainda não têm plano de
304 manejo. E alguns projetos pilotos, que já estão previstos, iniciando neste ano
305 com coleta de informações secundárias, buscando viabilizar os recursos. No
306 Parque Estadual Serra Negra tem uma condicionante para apoiar a
307 elaboração do plano de manejo. Então, nós vamos buscar esse apoio, que é
308 um custeio mais viável para o empreendimento também, porque não é
309 elaborar em si, mas apoiar. Então, eles vão nos apoiar nesse projeto piloto.
310 Tem sete unidades de conservação também de proteção integral que estão
311 localizadas dentro da APA Carste, APA federal, em que estamos com uma
312 parceria com a Apromata, que é uma associação. Então, pretendemos fazer
313 essas sete unidades de conservação. A primeira oficina está prevista para
314 dezembro deste ano, a primeira unidade. E o Monumento Natural Serra da
315 Piedade é uma outra unidade em que também estamos iniciando o plano de
316 manejo já nessa nova abordagem, em parceria com a PUC Minas e com
317 financiamento da Fundação Boticário. E o Parque Estadual dos Sete Salões,
318 em que pretendemos utilizar os recursos da compensação ambiental. Mas
319 também está prioritário, tem decisão judicial para fazer o plano de manejo
320 em um prazo curto. Então, pretendemos também iniciar. Essas são as
321 unidades que terão seus planos de manejo 100% na nova abordagem. A
322 nossa expectativa é evoluir a rotina de planejamento nas equipes das
323 unidades de conservação, independente da existência de plano de manejo;
324 que os planos de manejo sejam mais dinâmicos; melhorar a autonomia da
325 equipe em matéria de planejamento e gestão das unidades; economizar
326 recursos públicos e ter definições institucionais de procedimentos de manejo
327 das unidades de conservação em entorno.” Conselheiro Carlos Alberto
328 Santos Oliveira: “Senhores presidente, nós estamos aqui em uma reunião da
329 CNR, que é a Câmara Normativa e Recursal, mas eu acho que é uma bela
330 oportunidade para discutir política de meio ambiente fora do ‘Copamzão’.
331 Então, eu gostaria de fazer também algumas breves outras observações a
332 respeito da apresentação feita pelo IEF. Em primeiro lugar, cumprimentar.
333 Parabéns. Eu enxergo isso como um esforço fantástico e espetacular do
334 órgão ambiental, reconhecendo uma situação, de fato, e se propondo a fazer
335 mudança. E nós temos insistido nessas mudanças. Porque eu pedi vista de
336 um plano de manejo. Nos três últimos planos que eu pedi vista eram 700,
337 800, 900 folhas. Para descobrir uma informação de meu interesse lá dentro,
338 eu passei apertado e tive que pedir ajuda aos especialistas. Enfim, eu vejo

339 com muito bons olhos. Eu já assisti a uma outra apresentação do próprio IEF
340 a respeito do trabalho que estão fazendo, mais detalhada, para mexer nesse
341 negócio de plano de manejo. Parabéns. Mas isso não é uma questão só de
342 plano de manejo, nós temos uma outra instituição, chamada Comitê de Bacia
343 Hidrográfica, que não faz parte do nosso métier aqui, mas é uma instituição
344 em que toda a sociedade colocou uma esperança muito grande de melhorar
345 a gestão dos recursos hídricos. Fazendo parte das Câmaras Técnicas do
346 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, eu caí em um grupo de trabalho
347 encarregado de acompanhar a elaboração dos planos das Bacias do Leste.
348 Lá no Leste não tem Comitê, mas tem umas cinco ou seis Bacias
349 Hidrográficas de alguma importância. Se tivesse Comitê, o Comitê iria
350 acompanhar a elaboração do plano de manejo. Como não tem Comitê,
351 pegou-se um grupinho de gente de boa vontade, e eu recebi lá no meu
352 computador o plano de trabalho da empresa de consultoria encarregada de
353 fazer o plano da Bacia. E o plano de trabalho deles tinha 88 folhas. Cada
354 linha que tinha ali significava o desenvolvimento de um plano. Eu fiquei
355 surpreso que, para entender as 80 folhas da consultoria que ia fazer os
356 planos, eu tive que ler mais 170 folhas, que eram do documento de licitação
357 dos planos de Bacia. Evidentemente que eu não li. Mas aí eu descobri que
358 os técnicos do IGAM que conseguiram fazer uma licitação de 170 folhas
359 tinham de elemento para fazer a licitação não mais que cinco ou seis normas
360 existentes: a 9.433, a 13.199... Não a lei toda, mas aspectos, como 'os
361 planos de Bacia conterão...' Eu levei essa questão para discutir com a
362 consultoria encarregada de fazer os planos de Bacia. E o que eles colocaram
363 para mim? Além da licitação, que vem gigantesca, cada detalhe do plano da
364 Bacia. Vamos supor, o que tem um economista para desenvolver ele acha
365 que é a maior importância a contribuição dele. E faz 30 folhas e vai fazendo.
366 Então, geram-se esses documentos gigantescos. Na realidade, um plano de
367 Bacia, com cinco ações, abrange 90% de gerenciamento daquela Bacia e do
368 recurso existente. Mas eu não queria falar nem de plano de manejo nem de
369 plano de Bacia. Esse risco nós corremos todo dia e estamos correndo agora.
370 A Epamig e a Emater estão chamando o Programa de Regularização
371 Ambiental (PRA) de maior programa de recuperação ambiental do mundo.
372 Tudo que os ambientalistas, os profissionais de meio ambiente e os órgãos
373 públicos, tudo que eles queriam apareceu nesse Programa de Regularização
374 Ambiental, que é resgatar aquilo que eventualmente foi destruído e que foi
375 malfeito, mal-usado, e trazer para uma recuperação. Muito bem. O IEF,
376 inteligentemente e com sabedoria, distribuiu essa tarefa de construir a
377 regulamentação do PRA aqui em Minas para entidades, para profissionais,
378 para pessoas, para grupos etc. Lá também está sendo construído um
379 monstrego, tem que tomar cuidado antes que tenhamos um documento final
380 que não tem jeito de voltar para trás, porque já está na hora, o governador já
381 está saindo etc. São os SAFs, Sistemas Agroflorestais, um dos itens da

382 recuperação ambiental. O tanto de ideias absolutamente lógicas e
383 inteligentes e preparadas. O tanto de ideias que estão surgindo é
384 absolutamente impensável. Então, eu faço um convite. Dr. Henri, para que
385 isso seja testado antes da hora. Tem 30 pessoas naquele grupo em que nós
386 nos reunimos duas vezes por mês, gente de Brasília, São Paulo, Rio, Minas,
387 gente da ONG 'A', da ONG 'B', da ONG 'C'. A Faemg só pôde entrar com
388 dois representantes, porque não pode mais. Então, são três questões
389 importantes. Quem prestou atenção na exposição do IEF viu a dificuldade de
390 plano de manejo. E eu falei muito rapidamente a respeito dos planos de
391 Bacia e chamei atenção que é um perigo que está no nosso calcanhar
392 com esse esforço do IEF de fazer a regulamentação do Programa de
393 Regularização Ambiental. Aproveitando para falar o que não estamos
394 conseguindo falar naquele grupão. Nós entendemos que uma
395 regulamentação do Programa de Regularização Ambiental deva ser um
396 documento que convide o produtor rural a fazer parte, a aceitar o esforço e
397 topa fazer uma recuperação ambiental. O que está sendo desenhado por lá
398 é diferente disso.” Conselheiro Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes:
399 “Parabéns pela apresentação. Eu gostaria de fazer alguns comentários e um
400 depoimento também. Eu tive a oportunidade de trabalhar como analista
401 ambiental no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, justamente na época
402 em que foi elaborado o plano de manejo. Eu vivi isso, realmente os planos de
403 manejo, a tendência de ficarem muito grandes, documentos muito extensos,
404 e a parte de diagnóstico, realmente, ser muito maior do que a parte de
405 manejo em si, de planejamento etc. No caso do Peruaçu, foi contratada uma
406 consultoria, vieram vários profissionais de várias áreas, e lá era uma região
407 carente de dados. O plano ficou realmente um calhamaço, ficou muito
408 grande. Tinha os programas separados. Mas eu trabalhei uma época no
409 parque sem esse plano de manejo, e ele foi aprovado em 2005. Eu fiquei lá
410 de 2002 a 2008, então, vivi a época antes de o parque ter o plano e depois.
411 Mesmo o plano ter ficado muito grande, muita extensa a parte de
412 diagnóstico, às vezes sentíamos realmente uma falta de planejamento de
413 uma parte, de planejamento mais simples que pudéssemos trabalhar com a
414 realidade que tinha naquele momento. Agora o diagnóstico também foi muito
415 importante porque nós tínhamos que nos manifestar a respeito de infrações
416 ambientais, aplicar um auto de infração e embasar aquele auto,
417 enquadramento; manifestar por empreendimentos que afetavam a zona de
418 amortecimento do parque; e as diversas questões de incêndio. Nós tínhamos
419 que fazer esses relatórios. E sempre encontrávamos embasamento no plano
420 de manejo, porque ele realmente gerou muitos dados primários e era a
421 nossa bíblia. É claro que não tinha como ler o plano inteiro, mas sabíamos
422 onde buscar as informações quando precisávamos. Ele estava sempre
423 organizado. Então, eu acho que é uma ponderação que tem que ser feita.
424 Realmente, tem que ter esse balanço de o plano ser mais dinâmico, poder

425 atender a realidade no momento atual da unidade, mas a parte de
426 diagnóstico, se tiver oportunidade de contratar profissionais, dependendo da
427 região, como no caso do Peruaçu, uma região carente de dados, eu acho
428 que não deve ser perdida essa oportunidade. Porque para a equipe que fica
429 lá na gestão aquilo vira uma bíblia realmente para ser consultada,
430 dependendo da situação que acontece. Na experiência que eu tive lá, ajudou
431 bastante. Então, eu acho que só ver com cuidado essa questão de procurar
432 fazer esse diagnóstico. É claro que custou muito dinheiro. No caso, teve
433 oportunidade de ter uma conversão de multa, eu acho que é o caso a caso.
434 Mas, se tiver essa oportunidade, não abrir mão desse diagnóstico porque,
435 mesmo que ele não fique acessível à grande maioria da população, para
436 equipe de gestão e para consulta, ele ajuda bastante. E com o tempo a
437 própria pode fazer uma versão resumida do plano ou então ela mesmo pode
438 ir trabalhando. Nós fizemos isso. Nós fizemos um planejamento baseado nas
439 condições atuais, e o plano ficou como uma referência do que era o
440 desejável. Mas enquanto não tínhamos o desejável conseguíamos nos
441 adaptar e fazer o que era possível fazer naquele momento. Eu só queria
442 deixar esse depoimento e essa recomendação para que, se tiver essa
443 oportunidade de esse diagnóstico puder ser feito e ficar lá disponível para a
444 equipe, que ele fique porque ele pode ajudar bastante posteriormente à
445 elaboração do plano.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Em
446 primeiro lugar, eu queria parabenizar a apresentação, o direcionamento que
447 está sendo pensado para os nossos planos de manejo, e nesse foro trazer
448 uma experiência em uma perspectiva um pouco mais ampla do que só o
449 plano de manejo de unidades de conservação. Eu já participei de elaboração
450 de vários planos diretores, de alguns planos de manejo de unidade de
451 conservação e de alguns planos de saneamento. Uma das melhores
452 experiências que eu tive foi com o plano de saneamento de Nova Lima. O
453 plano deu tão certo que foi produzido em uma gestão do PT e será
454 convertido em lei praticamente inalterado em uma gestão do Democratas.
455 Um aspecto que foi fundamental desse plano é muito simples, a empresa de
456 consultoria trazida soube separar com absoluta clareza o que era argumento
457 técnico do que era opinião, do que era desejo das diversas contribuições que
458 apareceram ao longo do processo. E em cima dessa separação ficou muito
459 fácil para a própria equipe e para o grupo de acompanhamento saber da
460 destinação a cada uma daquelas vontades. Uma outra coisa que apareceu e
461 que raramente nós vemos nos planos públicos é que abriu com o
462 diagnóstico, sim, que é um livrão, depois passou ao prognóstico, que é um
463 livrinho, depois passou aos objetivos, que é mínimo, poucas páginas; depois
464 chegou às metas junto com os objetivos; e, por último, indicadores. Quando
465 se vai ao básico de gestão tanto pública quanto privada, a partir do momento
466 em que temos metas e indicadores, nós conseguimos saber se as metas
467 estão sendo atendidas e checar. Se não estão sendo, é hora de rever o

468 planejamento. Vai girando a roda. O maior problema que eu vejo nos nossos
469 planos, de um modo geral, não é nem só os de unidade de conservação, é
470 que eles são muito voltados para comandos genéricos ‘faça, não faça’, sem
471 número, sem data, sem medida. Não conseguimos saber se o plano está
472 dando certo ou errado, porque o indicador é em um momento posterior.
473 Claro, o plano estratégico, macro indicadores. Mas não contém. Aliás, o
474 grosso do que vemos de planos de manejo de unidade de conservação,
475 internamente, na unidade, costumam ser muito simplista. Zona de
476 conservação, às vezes zonas A, B, C. Quando eu vejo isso, eu penso, como
477 regra, a pessoa não sabia direito o que fazer com aquilo e, na dúvida,
478 conservação alguém algum dia alguém vai propor uma atividade turística,
479 alguma coisa diferente para que se reveja o plano. E um outro ponto é que
480 os nossos planos de manejo – eu acho que todo mundo já experimentou isso
481 – ficam muito mais no campo do embate do que do debate, especificamente,
482 sobre zonas de amortecimento, que é um instrumento de comando sobre
483 patrimônio alheio e que as pessoas veem naquilo ‘agora é oportunidade de
484 dominar essa ou aquela iniciativa’, jogam isso para dentro do plano de
485 manejo e começam o embate que desvirtuam a própria natureza do plano. A
486 minha colocação é muito nesse sentido de perceber que o diagnóstico, a
487 justificativa, a fundamentação são anexos ao plano. O ponto central é
488 exatamente o que se pretende com uma medida e com prazo. É assim que
489 conseguimos pôr a roda para girar. E hoje dificilmente vemos os planos
490 estabelecidos com essa clareza. Eu achei que não era possível, mas em
491 Nova Lima isso aconteceu nesse plano de saneamento. Inclusive, já traz o
492 prazo de revisão. E uma última constatação é que eu já vi muitos e muitos
493 planos se exaurirem apenas no diagnóstico. Em plano diretor, então, é mais
494 comum. Sai do diagnóstico direto para norma sem nenhuma interface,
495 nenhuma objetivação clara. E eu trago a reflexão de que, possivelmente, é
496 um instrumento de mais fácil comprovação do serviço e mais oneroso. Logo
497 o que mais interessa ao prestador e não ao tomador do serviço. Daí talvez a
498 necessidade de adequar essa figura dentro de cada plano.” Conselheiro
499 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu tenho discutido muito plano de manejo
500 com o IEF por ser membro da CPB. O IEF conhece bem o posicionamento
501 da Fiemg a respeito dos planos de manejo. Isso eu falei na reunião da CPB
502 também e vou repetir aqui. Primeiro dar os parabéns ao IEF pelo trabalho
503 que tem sido feito na mudança do conteúdo e da forma de se elaborar esses
504 planos de manejo. Nós tivemos discussões pesadíssimas nos últimos anos
505 na CPB, e essa mudança culminou no último, e eu estou tentando me
506 lembrar qual é o plano de manejo. Não sei se o do Parque do Paracatu. Foi
507 um dos últimos planos de manejo que vieram extremamente redondos para a
508 CPB e com as propostas de restrições exatamente aquelas previstas na
509 legislação. Era isso que nós pretendíamos na Câmara de Proteção à
510 Biodiversidade e Áreas Protegidas. Eu acho que o primeiro caso de maior

511 discussão a respeito desses planos de manejo foi o da Estação Ecológica de
512 Corumbá, que teve uma discussão realmente muito pesada e que saiu com
513 um texto bem interessante. E a partir disso é que começaram a vir alguns
514 planos de manejo com essa coerência com a legislação ambiental que
515 estabelece o plano de manejo. O mesmo caso aconteceu com o do
516 Monumento Natural da Serra da Moeda, que também saiu com um texto bem
517 interessante, que acabou realmente culminando com esse do Parque do
518 Paracatu, que eu acho que é o exemplo a ser seguido para os planos de
519 manejo. Então, é somente dar os parabéns e esperar que os próximos
520 venham também nesse sentido do que foi o do Parque do Paracatu.”
521 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, conselheiro, a
522 apresentação feita aqui pela Cecília e por toda a equipe do IEF mostra que
523 realmente o cenário que foi colocado pelo conselheiro Carlos Alberto é fático.
524 Existem planos de manejo com conteúdo extremamente extenso, mas foi
525 mostrado também aqui todo o esforço e empenho que têm sido realizados
526 pela equipe do IEF, inclusive com produção de plano de manejo pela própria
527 equipe em uma das unidades e planos piloto de plano de manejo, dentro da
528 nova proposta de plano de manejo que vai, então, mudar o cenário que nós
529 temos hoje apresentado por um cenário mais efetivo, um cenário mais
530 eficiente e que vai trazer a efetividade que se espera de um plano de
531 manejo, dentro dessa nova diretriz, dessa nova proposta. E sabidamente o
532 IEF quer, antes de implementar ou de trazer uma normativa, fazer as suas
533 avaliações internas, chegar à sua conclusão, para, então, colocar a público a
534 nova forma de fazer planos de manejo.” Conselheiro Homero Brasil Filho:
535 “Parabéns pelo processo de simplificação do plano de manejo. E eu desejo
536 fazer uma pergunta. Eu fui diretor da Fundação de Parques Municipais
537 durante dez anos e queria saber se a simplificação do plano de manejo pode
538 ser aproveitada também para os parques urbanos.” Cecília Fernandes
539 Vilhena/IEF: “Com certeza, eu acho que a tendência é essa, inclusive.
540 Quando fizemos o primeiro workshop, em Diamantina, chegamos a convidar
541 alguns parceiros externos e enviamos, inclusive, o convite para a Fundação
542 de Parques Municipais para que pudesse participar conosco e discutir esse
543 tema. Nós temos hoje um ex-colega do IEF que está lá, que é o Benito, e
544 inclusive queremos ampliar essa discussão, ouvir de outras entidades
545 gestoras de unidade de conservação, ampliar esse aprendizado, e caminhar
546 todo mundo no mesmo sentido.” Conselheiro Homero Brasil Filho: “Porque
547 desses 74 parques municipais de Belo Horizonte tem dois grandes, que são
548 o Municipal e o Mangabeiras. O Municipal conseguiu um plano diretor feito
549 por uma equipe espanhola no ano de 2015, que foi uma compensação
550 ambiental. O Mangabeiras até hoje não tem um plano de manejo. Então, os
551 técnicos ficam realmente perdidos por falta de um plano de manejo mais
552 simples. Porque eu fui ler um plano de manejo de um parque em uma cidade
553 do Estado de São Paulo, era um palavrório, principalmente na parte de

554 geotécnica, mais de 80 páginas só de geologia. Então, cansa qualquer um,
555 ou seja, perde o objetivo para o técnico que manuseia aqui no dia a dia.
556 Então, eu quero parabenizar e acho que vai ser muito importante também
557 para os parques urbanos.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu quero só
558 aproveitar a deixa de estar se falando desse assunto e pedir, primeiro, que
559 eu receba por e-mail, se possível, essa apresentação, porque eu acredito
560 que ela vai ser muito útil para nós. Como todos sabe, já foi dito aqui, nós
561 estamos pleiteando, reivindicando já há algum tempo, no trabalho de base, a
562 criação de uma unidade de conservação lá no cânion do Alto São Francisco.
563 É sugestão da SEMAD, inclusive, que seja um mosaico. Foi colocado isso
564 para a equipe, está sendo acolhido, e nós estamos trabalhando nesse
565 sentido. Inclusive, neste fim de semana, nós temos um trabalho de campo. E
566 no dia 6, véspera das eleições, todos estão convidados a estar lá no cânion
567 do Alto São Francisco, quando nós teremos uma barqueada e uma
568 celebração em homenagem a São Francisco. É um trabalho que fazemos
569 junto à comunidade lá. E nos dias 2 a 4 de novembro – na próxima reunião
570 eu espero já trazer o convite em mãos, mas já fica aqui para todos
571 agendarem – nós estaremos realizando o seminário de entidades de
572 biospeleo, que estará fazendo um trabalho de prospecção na área da
573 criação da unidade de conservação. Todos estão convidados também a
574 estarem presentes conosco e a nos ajudar no que for possível, as entidades,
575 os órgãos. Esse apelo nós fazemos aqui sempre, porque o trabalho lá é
576 grande. Nós já temos feito alguns levantamentos e esperamos que seja
577 abraçada essa causa por todos. Em relação a plano de manejo, eu só queria
578 colocar uma questão que precisamos também analisar a forma de conduzir e
579 de criar o plano de manejo. Porque estamos tendo uma experiência agora lá
580 na Estação Estadual Ecológica de Corumbá, eu sou conselheiro lá, e foi feito
581 um plano de manejo, por sinal, muito bem-feito, e ele veio aqui para as
582 Câmaras Técnicas, e está sendo questionada a sua aprovação. É um
583 negócio meio complicado. Nós temos que rever um pouco essa forma de
584 implantação dos planos de manejo. O Henri deve estar acompanhando isso
585 lá. Mas nós temos um trabalho enorme, gasta-se um dinheiro substancial
586 para criação da unidade de conservação, e depois fica sendo questionada.
587 Eu acho que nós temos que criar dispositivos e tomar consciência de que,
588 embora haja interesses antagônicos aqui, nós partimos do princípio de que o
589 Conselho é de preservação ambiental. E quando vemos companheiros aqui,
590 cidadãos, representantes de órgão e empresa defendendo a não
591 preservação do meio ambiente, ficamos muito preocupados, ficamos tristes.
592 Porque na verdade existem os interesses econômicos, mas eu acho que o
593 pouco que nos resta nós temos que empenhar esforço para que seja
594 preservado. Não que sejamos contra desenvolvimento, mas a vida hoje já é
595 tão cômoda para o ser humano, já é tão fácil, nós temos as coisas tão fáceis
596 para nós, então, para que a ganância de mais e mais e mais? E para isso

597 destrói o nosso ambiente. Então, o nosso papel aqui enquanto ONG
598 ambientalista, preservacionista, eu acredito que é meu papel aqui deixar
599 esse apelo. A nossa posição é de preservacionismo, e respeitamos a
600 posição de conselheiros aqui, que estão aqui em um conselho de
601 preservação ambiental, mas cujo posicionamento sempre é no sentido de
602 não preservar o meio ambiente, é sempre de explorar o meio ambiente ao
603 máximo. Então, é nesse sentido que está havendo questionamento da zona
604 de amortecimento do nosso plano de manejo, que foi feito com tanto carinho
605 e com tanto esforço e muito bem-feito. É lógico que tudo cabe questionar,
606 mas é uma colocação que eu faço no sentido de fortalecer quando se vai
607 fazer um trabalho de plano de manejo ou de criação de unidade de
608 conservação. Parabéns pela exposição, e vai subsidiar o que estamos
609 desenvolvendo lá na base.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu
610 nem ia me manifestar sobre esse assunto, porque eu me manifestei sobre
611 isso na reunião do CPB, na segunda-feira, mas acho importante, já que esse
612 assunto foi citado aqui para que também seja colocado nesta reunião. Eu
613 vou até mencionar algumas datas aqui e talvez eu possa estar equivocado
614 em algum ponto dessas datas e peço que o IEF me corrija se eu estiver
615 errado. A questão do plano de manejo do Estação Ecológica de Corumbá foi
616 muito discutida na CPB. Se não me engano, por cerca de seis meses a um
617 ano, nós ficamos discutindo esse plano lá. Esse plano foi aprovado acho que
618 em 2015 ou 2016 na CPB, depois de uma discussão calorosa e cansativa de
619 seis meses a um ano. Tudo foi publicado no ‘Diário Oficial’, convocação de
620 reunião, pareceres de vista. A discussão foi pesadíssima, e foi aprovado na
621 CPB, a câmara responsável para isso. Quem não estivesse de acordo com o
622 que foi aprovado tinha ainda 30 dias para realizar um recurso. Não foi feito
623 recurso em face desse plano de manejo. E aí temos uma surpresa de, em
624 uma reunião da Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, vir uma
625 entidade questionar a atuação da Fiemg, da Faemg e da Codemig em uma
626 reunião da CPB para um assunto que foi aprovada há dois ou três anos atrás
627 e que passou de seis meses a um ano sendo discutido em uma câmara. E
628 nós temos a surpresa de ver que, em uma outra câmara, uma entidade tenta
629 derrubar a decisão da CPB, em uma câmara que não tem nem competência
630 para isso. Nem essa aqui teria, porque o prazo de recurso já passou. Então,
631 eu fiz essa manifestação na CPB até para que a CPB tomasse ciência do
632 que estava sendo proposto em outra câmara sobre aquilo que é competência
633 da CPB. E ainda registrar o seguinte. A Fiemg sempre se pautou nas
634 questões relativas ao plano de manejo em todas as câmaras em que temos
635 assento, e em todos os assuntos sempre pautamos a nossa interpretação
636 sobre a legislação, nunca fizemos manifestação que não fosse pautada na
637 legalidade. Isso é estritamente o que a Fiemg defende no Conselho de
638 Política Ambiental. Eu só queria deixar registrado isso aqui, como registrei na
639 CPB, na segunda-feira. Eu não faria isso aqui, mas, como foi mencionada a

640 Estação Ecológica de Corumbá, eu me senti no dever de fazer a mesma
641 manifestação nesta Câmara.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só
642 registrar que, se houver problema de competência, cabe o controle também
643 de legalidade ou, então, ato contínuo. Eu vou passar aqui agora para a
644 Mariana, que é da Gerência de Cadastro Ambiental Rural, que vai fazer a
645 manifestação sobre a solicitação do conselheiro Carlos Alberto, que cita que
646 teriam sido perdidas 300 mil informações do CAR.” Mariana Megale/IEF: “Só
647 esclarecendo porque o conselheiro Carlos Alberto relatou essa situação na
648 última reunião. Nós fizemos, inclusive, uma reunião com a Faemg para
649 esclarecer justamente esse questionamento dessa perda desses 300 mil
650 cadastros. Eu trouxe alguns dados de setembro deste ano. Atualmente nós
651 temos 703 mil cadastros, são 703.134 imóveis inscritos atualmente na base
652 do CAR. Até 4 módulos são 647.627 imóveis, e acima de 4 módulos fiscais
653 são 55.507 imóveis. Esse questionamento que o Carlos Alberto fez dos 300
654 mil nós até verificamos. Eu vou falar um pouco mais tecnicamente porque no
655 Cadastro Ambiental Rural nós tivemos dois históricos de migração de
656 sistemas. Nesse período de migração de 2014 a 2015, Minas Gerais tinha
657 um sistema on-line, o Sicar-MG, dentro do Sisemanet, e o usuário fazia a
658 inscrição do seu imóvel rural dentro de uma plataforma on-line, ou seja, era
659 totalmente dentro da internet, conectado à internet. Ao longo desse processo
660 de implementação do CAR, nós vimos diversos entraves relacionados a essa
661 questão de o sistema ser on-line. Passamos para os moldes que eram até
662 propostos pelo governo federal, o modo off-line. O usuário baixa o módulo de
663 inscrição do CAR e assim consegue fazer essa inscrição de forma off-line.
664 Ele apenas, ao enviar essa inscrição para a base nacional, tem que estar
665 conectado à internet. E o que aconteceu? Esses imóveis desse período, que
666 totalizam 243 mil, relativos a essa primeira migração do CAR, que era on-line
667 e passou para off-line. Inclusive, fizemos essa migração no dia 21 de
668 setembro de 2015, quando o sistema era on-line e passou para off-line.
669 Esses cadastros estão na base. Nós informamos isso na reunião que
670 tivemos na Faemg. Esses cadastros estão lá, nós conseguimos visualizar as
671 informações. O que acontece? Quando o usuário que fez o cadastro nesse
672 período de 2014 a 21 de setembro de 2015 vai retificar, ele não tem esse
673 arquivo que é gerado nesse modo off-line. Aí esse usuário tem que informar
674 novamente o que ele preencheu lá atrás. Mas nós conseguimos resgatar
675 essas informações. Então, é somente isso. O cadastro existe, tem o número
676 de CAR, não muda esse número, baixa recibo e faz tudo. Somente ao
677 retificar esse imóvel é que ele tem que informar novamente as informações.
678 A única situação seria essa. Nós acionamos a desenvolvedora do sistema.
679 Inclusive, a desenvolvedora do sistema é a mesma que desenvolveu o
680 sistema para o governo federal, para o Serviço Florestal Brasileiro. Eles
681 estão tentando encontrar uma solução tecnológica para tentar reverter e
682 gerar os arquivos para os imóveis desse período de 2014 a 2015, para ver se

683 conseguiríamos somente disponibilizar. Já acionamos os desenvolvedores,
684 que estão tentando viabilizar essa solução tecnologia. Como fizemos até um
685 teste na Faemg, tiramos um cadastro feito naquela época e conseguimos
686 visualizar todas as informações que o usuário escreveu. Então, o cadastro
687 está lá, existe, tira recibo, acessa a central do proprietário. Apenas na hora
688 de retificar é que ele tem que informar novamente. Eu quero só pegar um
689 gancho também no outro questionamento que o Carlos Alberto fez sobre o
690 PRA. Inclusive, já foi solicitada uma apresentação do Programa de
691 Regularização Ambiental. Está sendo discutido esse marco legal para o
692 Estado. Eu acho que esse é o maior programa de recuperação ambiental do
693 mundo. Não só eu, porque o governo federal, inclusive, já fez várias
694 apresentações internacionais justamente para discutir esse modelo que está
695 sendo proposto aqui no Brasil. É uma política de regularização ambiental
696 inovador. Eu acho que nós tivemos uma adesão enorme nesses quatro anos
697 de implementação, tanto que 700 mil imóveis em uma base de dados hoje
698 corroboram isso. Esse marco legal está sendo proposto dessa forma, Carlos
699 Alberto. Eu acho que tem que desburocratizar o processo, se trouxermos a
700 burocracia, não vamos ter a adesão que tivemos na inscrição. E eu acho que
701 o órgão ambiental está bem ciente. Não queremos colocar amarra nesse
702 processo de regularização ambiental, do passivo ambiental que está sendo
703 detectado nesses imóveis que estão inscritos no CAR. Mas eu acho que é
704 trazer justamente esses proprietários para aderir a regularização desse
705 passivo ambiental. Eu acho que esse grupo que está discutindo o marco
706 legal do PRA está bem consciente disso, então, não queremos trazer essa
707 burocracia. Eu até comentei isso lá na reunião na Faemg, eu acho que,
708 quanto mais desburocratizar o processo, mais adesão vai ter dos
709 proprietários. Nós vamos trazer também a apresentação do PRA na próxima
710 reunião da CNR, pela Fernanda e o Tiago, que são os responsáveis pela
711 execução do PRA, da diretoria responsável.” Conselheiro Carlos Alberto
712 Santos Oliveira: “Eu prefiro ficar com a informação da Mariana de agora, que
713 nós estamos tentando uma solução tecnológica. Mas, na época que eu fiz
714 aqui minha manifestação, a Faemg é que foi a principal mobilizadora do CAR
715 em Minas Gerais e como tal estava sendo pressionada. O camarada entrava
716 lá no computador, achava o CAR dele, mas, na hora em que abria as
717 informações, elas não existiam. Então, deu aquela preocupação, mas nós
718 achamos um caminho legal. Com respeito à regulamentação do PRA, tomara
719 que seja do jeito que você falou, é o que nós esperamos.” Ronaldo
720 Vasconcellos/ONG Ponto Terra: “Eu queria deixar claro, já que estamos
721 perto das eleições, o que nós fizemos na Rádio Ponto Terra. Nós
722 entrevistamos os candidatos e as candidatas de todos os partidos que têm
723 um viés, uma vivência, uma sensibilidade na área ambiental,
724 independentemente da coloração partidária. Por exemplo, do meu partido
725 atual, o PTB, nós não convidamos ninguém, porque ninguém lá tem

726 sensibilidade, conhecimento e dedicação à causa ambiental. Eu queria pedir,
727 se for o caso, até que fosse transcrito em ata. São pessoas conhecidas de
728 alguns e de outros, mas que têm militância na área ambiental e merece pelo
729 menos ter o nome refletido para votar ou não votar. Foram todos
730 entrevistados, a entrevista está no site da Rádio Ponto Terra:
731 www.radio.terra.org. A entrevista vai ficar gravada. Eu queria dizer que nós
732 conversamos com Adriana Araújo, que é candidata a deputada federal pelo
733 PSOL. Conversamos com Franklin Oliveira, candidato a deputado estadual
734 pelo Patri. Conversamos com o deputado estadual e candidato a deputado
735 federal Fred Costa, do Patri; com Jorge Espeschit, deputado estadual pelo
736 PPS; Leonardo Mattos, candidato a deputado federal pelo Avante; Paulo
737 Gomide, deputado estadual pelo PRP; e o Professor André, que é da
738 Universidade Federal de Viçosa, candidato a deputado estadual pela Rede.
739 Eu faço isso, acho que é obrigação nossa de cidadania, de informar as
740 pessoas. São partidos diferentes, pessoas diferentes, mas de todas elas nós
741 conhecemos o passado ou foi informado sobre o seu passado e seu
742 presente. Eu passo, então, à consideração do senhor presidente, se puder
743 ser transcrito, faço o pedido, secretário, para que as pessoas tomem
744 conhecimento. São sete pessoas diferentes e candidaturas diferentes. É um
745 exercício de cidadania.” **4) EXAME DA ATA DA 120ª REUNIÃO DA CNR.**
746 Aprovada por unanimidade a ata da 120ª reunião da Câmara Normativa e
747 Recursal, realizada em 29 de agosto de 2018, com as seguintes alterações:
748 – Linha 2.157, incluir ‘DN’ após a palavra ‘nova’; – Linha 2.370, substituir
749 “entraram” por “entraram em vigor”; – Linhas 1.011 e 1.012, a redação
750 correta é: “Eu desconheço esse item da atividade econômica. Existe uma
751 sazonalidade?”; – Linha 1.037, incluir vírgula após a palavra apenas:
752 ‘Apenas, não por ser menos importante...’ Votos favoráveis: Ibram, Fiemg,
753 CMI, APPA, AMM, Ibama, Setop, Segov, Faemg, PMMG, Seapa, Crea e
754 SME. Abstenções: Ministério Público e UFV. Ausências: Fetaemg, Secir,
755 Sedectes, Assembleia Legislativa e Ponto Terra. **5) SISTEMA DE**
756 **CONSULTA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. Apresentação: Subsecretaria**
757 **de Gestão Regional Suger/SEMAD.** Flávia Maria Maquiné Simão/SEMAD
758 fez apresentação do Sistema de Consulta e Requerimento de Audiências
759 Públicas do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para
760 conhecimento dos conselheiros. **6) STATUS DE ATUALIZAÇÃO DA BASE**
761 **DE DADOS DA INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS DO SISEMA.**
762 **Apresentação: SEMAD.** Fabrício Lisboa Vieira Machado/SEMAD fez
763 apresentação sobre o status de uso e atualização da Infraestrutura de Dados
764 Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-
765 Sisema), destacando estatística geral de utilização, municípios e países com
766 maior número de usuários, regime de acesso e tecnologias utilizadas,
767 novidades e recursos futuros. **Debates. Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira:**
768 “Parabéns pela apresentação. A plataforma IDE é fantástica, eu acho que em

769 breve vocês vão começar a receber prêmios pela plataforma. É um caminho
770 sem volta e um caminho bom. Sobre a versão de poder gerar um mapa com
771 legendas, isso é importante. Tentem colocar uma saída de pelo menos 300
772 DPIs para ter uma resolução boa. Para nós que usamos em publicação
773 científica, ela vai servir muito para isso também, e tem uma exigência das
774 revistas que tenha qualidade alta. Com relação à versão mobile, você acha
775 que existe alguma possibilidade de, por exemplo, em ambiente de internet
776 melhor, wi-fi, poder abrir o mapa, dar aquele zoom pegando as áreas já com
777 seleções que nos interessam, fazer um download só daquele trecho? No
778 Google Maps funciona um esquema assim. Eu posso pegar uma região e
779 baixar um trecho. O Google Maps trabalha com uma camada só, a camada
780 do mapa de fundo. Mas você acha que é possível implementar algo do tipo?
781 Por exemplo, baixar só pedaços de camadas mais aquele fundo para
782 funcionar em campo junto com o GPS, sem precisar ter uma conexão boa.
783 Porque com 3G tem lugar que eu não consigo nem telefonar para alguém.
784 Se estou no fundo de um vale, acessar a IDE vai ser impossível.” Fabício
785 Lisboa Vieira Machado/SEMAD: “Conseguimos por meio de imagens. Você
786 não conseguiria ter acesso a um recorte da camada. Porque um recorte
787 parte do pressuposto de que há um procedimento sendo realizado no banco
788 de clipe, que é essa função que ocorre nos bastidores para que uma camada
789 seja disponibilizada em uma extensão menor. Para fazer isso just in time e
790 disponibilizar no smartphone, ficaríamos limitados. Mas uma vez que as
791 camadas estão habilitadas na extensão que o usuário delimitou, conseguiria
792 ter o download da imagem, conseguiria exportar um png, um jpeg com
793 aquela tela que está sendo visualizada no momento. A camada recortada
794 infelizmente não, por limitação tecnológica mesmo.” Conselheiro Adenilson
795 Brito Ferreira: “Pela apresentação, percebamos o orgulho que você está de
796 ter mostrado essa apresentação, que foi muito boa. Como usuário, eu
797 acredito que não é surpresa porque é um sucesso, pelo menos no nosso
798 meio lá da corporação. Nós utilizamos muito o sistema para melhorar a
799 qualidade dos nossos BOs, tanto na parte administrativa, para
800 encaminhamento para o Ministério Público, quanto na parte criminal. Essa
801 situação do mobile eu acredito que vai facilitar ainda mais o nosso trabalho
802 em campo. Então, eu gostaria de parabenizar toda a equipe e você, em
803 nome dos demais que participaram desse excelente trabalho.” Conselheira
804 Virgínia Campos de Oliveira: “Parabéns. Eu não tenho muito conhecimento a
805 respeito, mas a apresentação foi superclara, e foi possível perceber a
806 robustez. Na empresa em que eu trabalho, somos muitos que ficamos
807 pendurados na sua plataforma, e tem funcionado bastante bem. Eu queria
808 perguntar se essas apresentações, tanto essa quanto as do IEF, serão
809 disponibilizadas, porque eu gostaria de trocar ideia com o corpo técnico e de
810 repente poder trazer ou encaminhar para vocês posicionamentos de um
811 usuário constante da plataforma.” Presidente Anderson Silva de Aguiar:

812 “Sim, todas as apresentações estão disponíveis para os conselheiros. Eu já
813 peço ao pessoal da Secretaria Executiva para fazer o registro. Houve uma
814 solicitação também da apresentação do IEF, então, que fiquem disponíveis
815 para todos os conselheiros as duas apresentações. Na verdade, eu vou até
816 me adiantar e pedir para ficar disponível a terceira apresentação, que é o
817 próximo item de pauta. Então, todas as apresentações de hoje estão
818 disponíveis, como é de praxe.” Conselheiro Cláudio Jorge Cançado: “Eu
819 queria parabenizar, eu sei o trabalho que dá para fazer isso. No meu caso,
820 que trabalho na Fundação João Pinheiro, isso para nós é fantástico. Eu
821 queria parabenizar também pela apresentação e a empolgação com a IDE,
822 que realmente é um instrumento poderoso. E eu queria te fazer uma
823 pergunta. Pegando a carona no que o Marcelo falou aqui, é possível nós
824 pedirmos esses recortes?” Fabrício Lisboa Vieira Machado/SEMAD: “É, sim.
825 Aí é uma demanda comum à Diretoria de Gestão Territorial Ambiental.
826 Basicamente, um e-mail formalizaria esse trabalho. E o meu setor, de
827 Geoprocessamento, repartiria esse trabalho. A IDE fica limitada à caixinha
828 dela, infelizmente, não temos o poder de processamento que uma
829 ferramenta GIS desktop teria.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Eu
830 pediria, então, para disponibilizar o e-mail para todos os conselheiros, caso
831 queiram o recorte, por favor.” Fabrício Lisboa Vieira Machado/SEMAD: “No
832 último slide da apresentação tem o meu contato também. E eu posso deixar
833 o contato do suporte da IDE Sisema, aí qualquer um pode pegar a demanda
834 e atender sem problema algum.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu
835 acompanho de perto todas as questões de evolução nesse segmento que
836 você vem trabalhando. A cada dia uma coisa nova. Eu queria fazer duas
837 indagações se seria possível ou não. O Google Earth apresenta um
838 determinado segmento de imagens históricas, até determinada data, dez a
839 doze anos atrás. É possível anexar dentro da IDE essas imagens históricas?
840 Segunda pergunta que eu faria: como se tem uma série de dados
841 climatológicos, uma série de dados históricos, seria possível também
842 acrescentar isso dentro do seu esquema específico?” Fabrício Lisboa Vieira
843 Machado/SEMAD: “A resposta à primeira pergunta é ‘não’, porque a IDE
844 Sisema parte do pressuposto da utilização de tecnologias livres. Não se
845 contratou nada, não se licitou nada. Então, todo recurso de imagem que
846 utilizamos são de provedores gratuitos de satélites. As imagens históricas do
847 Google são licenciadas. Para ter acesso a isso, teríamos que fazer uma
848 contratação desse serviço do Google. A princípio, não. Mas, partindo para
849 uma eventual contratação, nós poderíamos utilizar essa série de dados
850 históricos e promover. De maneira gratuita e imediata, a resposta seria ‘não’.
851 A segunda resposta é ‘sim’. Toda e qualquer informação, desde que
852 georreferenciada, contenha um par de coordenadas ou associação a um
853 município, um território, uma região é passível de entrada, de subida na IDE
854 Sisema. Desde que atenda aos padrões. Mas há um comitê gestor que faz

855 essa conversão. Pode chegar quadrado que nós fazemos a coisa ficar
856 redonda. Então, é mais um esforço de procedimentar. Com qual
857 periodicidade vamos adquirir os dados da instituição externa, como já
858 funciona para o DNPM, para os dados da própria Codemig, do Cecav e
859 demais instituições.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
860 **RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO. 7.1) Cemig Distribuição S/A.**
861 **Prestação de outros serviços não citados ou não classificados.**
862 **Juatuba/MG. PA 00548/2005/003/2008. Auto de Infração nº F724/2007.**
863 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Processo retirado
864 de pauta com pedidos de vista da Fiemg, CMI, Seapa, Setop e Faemg. **8)**
865 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
866 presidente Anderson Silva de Aguiar agradeceu a presença de todos e
867 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

868
869 **APROVAÇÃO DA ATA**

870
871
872 **Anderson Silva de Aguiar**
873 **Presidente da Câmara Normativa e Recursal**